

Negociações sobre IOF devem ser retomadas

Mesmo com a negativa, presidente Lula indicou que não vai recuar

Por Karoline Cavalcante

Uma semana após a Câmara dos Deputados aprovar a urgência para o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 314/2025, que suspende a alternativa apresentada pelo governo ao aumento de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, retorna de suas pequenas férias. A expectativa agora é que as negociações sobre o tema sejam retomadas.

A decisão do chefe da equipe econômica de antecipar em um mês sua folga ocorreu em meio às tentativas de encontrar um consenso entre o Executivo e o Legislativo sobre o assunto. Mesmo após a Fazenda apresentar uma nova proposta relacionada ao IOF — após a rejeição do decreto inicial —, o acordo ainda não foi alcançado. A urgência, aprovada por ampla maioria na última segunda-feira (16), foi interpretada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), como um recado ao governo sobre o sentimento da Casa.

“O governo está entendendo esta mensagem. A Câmara vai continuar defendendo o que é melhor para o Brasil”, declarou Motta à imprensa.

Não vai ceder

Por outro lado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a defender a proposta e indicou que não vai recuar. “O IOF do Haddad



Valter Campanato/Agência Brasil

Em meio à crise em torno da proposta, Haddad se ausentou por uma semana

não tem nada de mais, então essa briga nós temos que fazer. Não dá para ceder toda hora”, afirmou Lula em entrevista ao podcast Mano a Mano na última quinta-feira (19).

“O Haddad quer que as bets paguem [mais] imposto de renda; que as fintechs paguem; que os bancos paguem. Só um pouquinho, para a gente poder fazer a compensação, porque toda vez que a gente vai ultrapassar o arcabouço fiscal, temos que cortar no Orçamento”, acrescentou o petista.

Para os opositores à medida, a crítica está centrada justamente nos cortes escolhidos para compensar o Orçamento. Eles defendem que o governo reduza os gastos primários.

Enquanto isso, a gestão busca aumentar a tributação de outros setores como alternativa compensatória.

Disputa

Ao Correio da Manhã, o cientista político Elias Tavares avaliou que o cenário envolvendo o IOF é apenas mais um capítulo de um problema maior. Segundo ele, o governo Lula perdeu a capacidade de conduzir politicamente as pautas econômicas no Congresso. Portanto, não se trata de um embate técnico sobre alíquotas, mas de uma disputa por autoridade.

“A Câmara dos Deputados hoje opera com autonomia total e, mais do que isso, exerce o poder real. É ela quem

dita o ritmo, os limites e até mesmo o conteúdo das políticas públicas”, iniciou. “O Executivo vem acumulando derrotas sucessivas, revelando uma articulação frágil e uma base aliada instável”, completou o analista.

Com isso, Tavares entende que a tendência é o Planalto ser obrigado a ceder novamente — o que, para ele, tem um custo alto. “Institucionalmente, corrói a imagem de liderança; politicamente, enfraquece a governabilidade. Se não houver uma virada estratégica urgente, o Planalto continuará refém de um Congresso fortalecido, o mais grave, cada vez menos disposto a colaborar”, explicou o cientista político.

Moraes vota para condenar acusado pelos atos do dia 8/1

Por Karoline Cavalcante

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento da denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Diego Dias Ventura, acusado de participação ativa nos ataques de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília.

O ministro Alexandre de Moraes, relator da ação penal, abriu seu voto na última sexta-feira (20), defendendo a condenação de Ventura a 14 anos de prisão. Para o magistrado, o acusado não apenas participou dos atos, mas também desempenhou funções de coordenação logística no acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, onde apoiadores radicais do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se reuniram por semanas antes da invasão. Moraes ressaltou que o réu estava ativo em grupos de WhatsApp, organizando arrecadações financeiras e articulando ações com outros envolvidos.

A análise do caso ocorre no plenário virtual, com a votação prevista para se estender até o dia 30 de junho. Ainda faltam os votos dos ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Cristiano Zanin.

Além da pena de reclusão, o ministro determinou que Ventura, de forma solidária com outros condenados, participe do pagamento de



Foto: Ton Molina/STF

Julgamento ocorre em plenário virtual até 30 de junho

uma indenização de R\$ 30 milhões, referente aos danos provocados pela destruição do patrimônio público naquele dia.

A defesa do acusado sustenta que ele apenas exerceu o direito à manifestação pacífica e nega qualquer envolvimento com os atos de vandalismo. Os advogados pedem sua absolvição por falta de provas, alegando que a acusação se baseia em suposições.

STF

Paralelamente, o ministro Moraes também se posicionou sobre outro participante dos atos de 8 de janeiro. Também na sexta-feira, ele revogou a liberdade concedida ao mecânico Antônio Cláudio Alves Ferreira, condenado a 17 anos de prisão por sua participação na invasão ao Palácio do Planalto e pela destruição de um relógio histórico do século XVII.

O juiz da Vara de Execuções Penais de Uberlândia,

Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro, havia autorizado a progressão de regime de Ferreira para o semiaberto, decisão que Moraes considerou irregular. Segundo o ministro, apenas o STF tem competência para deliberar sobre mudanças de regime nos casos relacionados aos atos golpistas. Além disso, destacou que o condenado ainda não cumpriu o tempo mínimo de pena necessário para pleitear tal benefício.

Moraes também determinou a investigação da conduta do juiz responsável pela liberação de Ferreira, indicando que a decisão foi tomada “em contrariedade à lei”. Em resposta, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) instaurou um procedimento interno “visando à apuração dos fatos”.

“Na oportunidade, o TJ-MG reafirma o seu compromisso com a legalidade, os princípios do Estado democrático de Direito e o irrestrito respeito às ordens judiciais emanadas dos tribunais superiores”, afirmou o órgão, em nota.

Relógio

Antônio Cláudio confessou ter danificado um dos relógios mais valiosos do Palácio do Planalto, uma peça do século XVII, produzida pelo relojoeiro francês Balthazar Martinot e presenteada à corte portuguesa em 1808. O objeto, que fazia parte do acervo da Presidência da República, foi restaurado com o auxílio de uma relojoaria suíça.

CORREIO BASTIDORES

POR TALES FARIA (interino)

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Luiz Fernando Corrêa é pressionado a deixar a Abin

Diretor-geral da Abin está com a cabeça a prêmio

Já não há no Palácio do Planalto e no PT quem defenda a permanência no cargo do atual diretor-geral da Agência Brasileira de Informações (Abin), Luiz Fernando Corrêa. Melhor dizendo, há uma pessoa que ainda não decidiu: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Praticamente todos em volta de Lula consideram que a permanência só traz desgaste para o governo.

Não que se considere Correa de fato envolvido nas conspirações de Abin paralela, durante o governo Bolsonaro, contra a eleição e posse de Lula, conforme descoberto pela Polícia Federal. Mas o que se diz dentro do governo é que ele foi incompetente ao acreditar que alguns dos agentes, seus amigos, não estavam envolvidos e, por isso, tentou protegê-los.

Lula titubeia

Lula considera Correa “um amigo de total confiança”. Quem conseguiu falar com o presidente sobre a demissão ouviu como resposta que de fato Correa errou, mas que a demissão seria um atestado de que ele estaria envolvido na trama de espionagem descoberta pela PF.

“Por enquanto”

A PF aponta contra Correa fortes indícios de atuação para impedir a investigação sobre a Abin paralela. Diz-se no governo que ele fica no cargo “por enquanto”, mas um chefe da Abin não pode estar sob esse tipo de suspeita.



Divulgação

Donald Trump anuniou ataque ao Irã

Governo brasileiro insistirá no fim do conflito no Irã

Por mais que o presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçasse entrar no conflito entre Israel e Irã, a diplomacia brasileira ainda tinha esta como a hipótese menos provável. A base política de Trump não era favorável. Steve Bannon, ideólogo do trumpismo, disse ontem que a prioridade dos EUA deve ser expulsar imi-

grantes e não entrar no conflito do Oriente Médio. O poderio bélico dos EUA, no entanto, altera as previsões de uma guerra longa, quando só Israel atacava o Irã. De qualquer maneira, a ordem no governo brasileiro é insistir na defesa da pacificação. A dúvida é se o regime dos Aiatolás sobreviverá.

Crise geral

Com a entrada dos EUA na guerra entre Israel e Irã, Trump põe fogo no mundo. a expectativa dos economistas é de uma elevação abrupta no preço do petróleo e, portanto, aumento da inflação no mundo. A crise deverá se generalizar e O Brasil também irá sofrer.

Bolsonarismo

Diferentemente dos aliados da guerra entre Israel e Irã, Trump põe fogo no mundo. a expectativa dos economistas é de uma elevação abrupta no preço do petróleo e, portanto, aumento da inflação no mundo. A crise deverá se generalizar e O Brasil também irá sofrer.

Sobre diálogo

Ex-presidente do Partido Comunista Brasileiro, Roberto Freire lembra da crise dos mísseis em Cuba, em 1962. EUA e União Soviética quase entraram em guerra, mas os presidentes dos dois países resolveram: “Será que temos hoje lideranças capazes de dialogar?”

Israel manda

Para a diplomatas brasileiros, a decisão de Donald Trump de atacar o Irã mostrou que Israel está no comando da política externa dos EUA no Oriente Médio. Mesmo contra a vontade dos trumpistas, o presidente dos EUA fez o que Benjamin Netanyahu determinou.